

Decisão que confirmou afastamento do governador de AL foi destaque

15/10/2022

Na quinta-feira (13/10), a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça confirmou o afastamento de Paulo Dantas (MDB) do cargo de governador de Alagoas. A maioria dos ministros entendeu que a medida é absolutamente necessária para impedir que a organização criminosa que, segundo a denúncia, é chefiada por ele continue a desviar verbas via cargos fantasmas na Assembleia Legislativa alagoana, além de evitar interferência nas investigações.

Além do afastamento de Dantas, a Corte Especial referendou a ordem de bloqueio de valores nas contas de 93 funcionários fantasmas da Assembleia alagoana, além da proibição de novas nomeações até segunda ordem.

Segundo o Ministério Público Federal, esses cargos estavam sendo usados para sacar salários de assessores de deputados estaduais, que podem chegar a R\$ 21 mil. A estimativa é que o desvio ultrapasse a marca de R\$ 54 milhões. O órgão chegou a pedir a prisão preventiva e cautelar do governador, o que foi indeferido pela relatora.

ConJur



Celso de Mello: aumentar composição do STF é ideia de 'mentes autoritárias'

Mudança de cálculo de auxílio-invalidez de militares é validada pelo Supremo

MPT já registra 169 casos de assédio eleitoral contra trabalhadores

TSE volta atrás e candidato impedido de concorrer fica elegível

Segunda (10/10)

Terça (11/10)

Quarta (12/10)

Quinta (13/10)

STF invalida lei que proibia multa por quebra de fidelização com telefônicas

Causa de R\$ 1 mil autoriza juízo de equidade em honorários

TSE equipara trader de bitcoin a instituição financeira

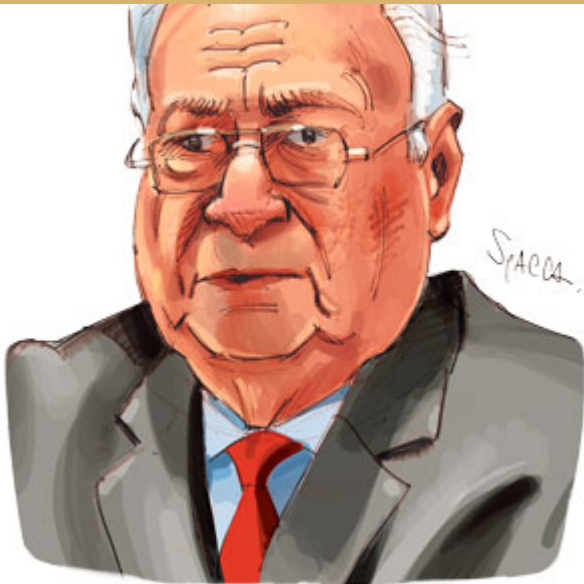
STJ confirma afastamento de governador de Alagoas

Frase da semana

"Ambas as determinações – MJ e CADE – são baseadas, unicamente, em presunções relacionadas à desconformidade dos resultados das urnas com o desempenho de candidatos retratados nas pesquisas, sem que exista menção a indicativos mínimos de formação do vínculo subjetivo entre os institutos apontados ou mesmo práticas de procedimentos ilícitos", afirmou o ministro Alexandre de Moraes em decisão que breou investigação do governo contra institutos de pesquisa.

Entrevista da semana

Spacca



Qualquer que seja o próximo presidente do Brasil, ele terá dificuldades

de negociar com o Congresso Nacional. Na campanha eleitoral de 2018, o presidente Jair Bolsonaro (PL) vendeu uma imagem de candidato antissistema — embora fosse parlamentar, de atuação inexpressiva, havia 29 anos. Ao começar a governar, percebeu que não conseguiria manter essa postura e fez aliança com o Centrão, que deverá prosseguir em um eventual novo mandato. Por outro lado, se o ex-presidente Lula (PT) obtiver uma terceira gestão, terá uma Câmara dos Deputados e um Senado com maioria bolsonarista.

A dificuldade de negociar com o Congresso e de governar é fruto do presidencialismo, o "mais grave problema brasileiro" no âmbito institucional, segundo o advogado e professor emérito de Direito Constitucional da Universidade de São Paulo Manoel Gonçalves Ferreira Filho.

"Sem dúvida, o presidencialismo foi responsável por um autoritarismo e por um poder pessoal do presidente da República, dos quais não desapareceram os traços, embora tenham se atenuado. Hoje, ele é responsável por — diga-se o mínimo — uma dificuldade na governança, ou — diga-se o máximo — uma distorção na governança", apontou o jurista em entrevista à **ConJur**.

As dez mais lidas

ConJur



Fonte: Google Analytics

Mulher que deu entrada antecipada em aposentadoria obtém benefício

Damares pode responder por prevaricação, mas sem risco de cassação
CNJ aprova mudanças em concursos para cartórios de notas e registro
Alexandre nega HC a fazendeiro acusado de mandar matar advogados
Expedição de alvará em nome de advogado deve seguir regras
Falas de Damares sobre crimes contra crianças são questionadas
Alteração de regime de bens em uniões estáveis
Para STJ, aquisição de metade do imóvel não impede usucapião
Reconhecimento de vínculo socioafetivo entre irmãos é admissível
Dívidas de estatais devem ser cobradas por precatórios, diz STF

Manchetes da semana

Morador afetado por poluição de fábrica é consumidor por equiparação
Tese vinculante do TST não esgotaria discussões sobre apps
"Presidencialismo traz distorção", diz Manoel Ferreira Filho
Decisões com filtro da relevância devem absorver repetitivos no STJ
Juiz da falência pode autorizar forma alternativa de venda de ativo
Supremo valida mudança de cálculo de auxílio-invalidez de militares
MPT já registra 169 casos de assédio eleitoral contra trabalhadores
Damares pode responder por prevaricação, mas sem risco de cassação

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-out-15/decisao-confirmou-afastamento-governador-al-foi-destaque/>